



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010373-85.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Diego Luciano Ribeiro Coelho**
 Requerido: **Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que foi aluno no curso de graduação em Gestão de Recursos Humanos, cancelando-o em junho de 2012.

Alegou ainda que recentemente veio a saber que estaria inserido perante órgãos de proteção ao crédito pela inadimplência de três mensalidades desse curso (fevereiro, março e junho de 2012), mas como refuta tal dívida almeja à declaração de sua inexistência.

A ré ofertou contestação em que confirmou que o autor não adimpliu às mensalidades elencadas a fl. 01, propugnando pela improcedência da pretensão exordial e pelo acolhimento de pedido contraposto que formulou para que ele fosse condenado ao pagamento respectivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Como assinalado no despacho de fl. 125, cabia ao autor a comprovação da quitação das mensalidades trazidas à colação, mas ele não se desincumbiu minimamente desse ônus porque deixou claro que não tinha em seu poder elementos nesse sentido.

É o que se vê da manifestação de fl. 136.

Tal panorama conduz à rejeição da postulação vestibular à mímica de lastro sólido que denotasse o cumprimento das obrigações impugnadas pelo autor.

Em contrapartida, e por idênticas razões, o pedido contraposto apresentado pela ré merece prosperar, patenteado o débito em aberto a cargo do autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação e **PROCEDENTE** o pedido contraposto para condenar o autor a pagar à ré a quantia de R\$ 2.741,53, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Torno sem efeito a decisão de fls. 16/17, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**